

## AS TEMPORALIDADES DO GIGANTE DESPERTO: MOBILIZAÇÃO, DISSOLUÇÃO E RETICULAÇÃO NAS JORNADAS DE JUNHO

Gustavo Souza Santos<sup>1</sup>

Recebido em: 20/03/2023

Aprovado em: 09/05/2023

**Resumo:** As Jornadas de Junho de 2013 se caracterizaram como um evento-fenômeno marcado por um acontecimento tríplice entre espaço, política e midiatização. A envergadura dessa mobilização social em rede revelou a constituição de exercícios particulares de agência, potência, espacialidades e temporalidades no objeto insurgente. Interessa a este texto refletir sobre a conjuntura de junho, considerando a categoria tempo. Analisa-se suas temporalidades e a tipificar os tempos do movimento em específico para uma constatação do itinerário dos tempos de mobilizações sociais em rede contemporâneas. Ao contrário do cânones dos movimentos e manifestações sociais tradicionais, esta mobilização foi marcada, sobretudo, por processos em que a reticulação de suas práticas é marcada por uma característica episódica. No rompante de um *continuum* limitado e volátil, detona-se a carga insurgente que é metabolizada em outros resíduos sociopolíticos. É o episódio a força conjuntural e a chave de leitura das temporalidades dessa tipologia de mobilização social.

**Palavras-chave:** Jornadas de Junho; Tempo; Mobilização social em rede; Insurgência; Rede.

## THE TEMPORALITIES OF THE AWAKEN GIANT: MOBILIZATION, DISSOLUTION AND RETICULATION IN BRAZILIAN 2013 JUNE PROTESTS

**Abstract:** The 2013 June Journeys were characterized as a phenomenon-event marked by a triple event between space, politics and mediatization. The scope of this social network mobilization revealed the constitution of particular exercises of agency, potency, spatialities and temporalities in the insurgent object. This text is interested in reflecting on the June situation, considering the time category. Its temporalities are analyzed and the specific times of the movement are typified for a verification of the itinerary of the times of social mobilizations in contemporary networks. Unlike the canon of traditional social movements and manifestations, this mobilization was marked, above all, by processes in which the reticulation of their practices is marked by an episodic characteristic. In the burst of a limited and volatile continuum, the insurgent charge is detonated and metabolized into other sociopolitical residues. The episode is the conjunctural force and the key to reading the temporalities of this typology of social mobilization.

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. (Unimontes) e doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Núcleo Cidadino (Unimontes). E-mail: [gustavo.ccpv@gmail.com](mailto:gustavo.ccpv@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>.

**Keywords:** June Journeys; Time; Network social mobilization; Insurgency; Network.

## **LAS TEMPORALIDADES DE LO GIGANTE DESPIERTO: MOVILIZACIÓN, DISOLUCIÓN Y RETICULACIÓN EN LAS PROTESTAS BRASILEÑAS DE JUNIO DE 2013**

**Resumen:** Las Jornadas de junio de 2013 se caracterizaron como un fenómeno-acontecimiento marcado por un triple acontecimiento entre espacio, política y mediatización. La escala de esta movilización social en red reveló la constitución de ejercicios particulares de agencia, potencia, espacialidades y temporalidades en el objeto insurgente. Este texto está interesado en reflexionar sobre la situación de junio, considerando la categoría del tiempo. Se analizan sus temporalidades y se tipifican los tiempos específicos del movimiento para una verificación del itinerario de los tiempos de las movilizaciones sociales en las redes contemporáneas. A diferencia del canon de los movimientos y manifestaciones sociales tradicionales, esta movilización estuvo marcada, sobre todo, por procesos en los que la reticulación de sus prácticas está marcada por un carácter episódico. En el estallido de un continuo limitado y volátil, la carga insurgente es detonada y metabolizada en otros residuos sociopolíticos. El episodio es la fuerza coyuntural y la clave para leer las temporalidades de esta tipología de movilización social.

**Palabras clave:** Jornadas de Junio; Tiempo; Movilización social en red; Insurgencia; Red.

### **Introdução**

Junho de 2013 ficou marcado nos anais da história sociopolítica brasileira como um evento-fenômeno complexo, de difícil apreensão e cuja conjuntura caleidoscópica ainda é controversa quase uma década depois. A odisseia insurgente e multiescalar dos atos que tomaram de sobressalto o país configurou-se por meio de acontecimentos sociopolíticos, espaciais e simbólicos efervescentes.

As famigeradas Jornadas de Junho integram o rol das mobilizações sociais em rede<sup>2</sup>, um conjunto de manifestações insurgentes que embora guardem similaridades ao cânone dos movimentos sociais, operam com características distintas: reticuladas, multiescalares, efervescentes, voláteis, sem aporte formal de outros organismos sociopolíticos e híbridas em atua articulação, isto é, integrando práticas *on* e *off-line*.

Desse modo, essa tipologia de ação insurgente se desenvolve por meio de uma performance de participação social que se processa em rede, superando assimetrias espaciais

<sup>2</sup>Outros movimentos que integram essa tipologia incluem a Primavera Árabe no Norte da África e Oriente Médio, o 15M espanhol, a revolta grega na Praça Syntagma, a portuguesa Geração à Rasca, a chilena Revolução dos Pinguins, bem como o Occupy Wall Street, entre outros, conforme Santos (2020).

por meio de uma flexão solidária, detonada a partir de um estopim social que marque a simbologia catalisadora dos atos, como outrora os protestos pelo aumento da tarifa de transporte público do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo suscitaram em junho de 2013.

As contradições e arrochos sociais partilhados em múltiplos territórios ganham uníssonos e uma plástica coletiva a partir de um quadro social patente e midiatizado, causando uma explosão de atos pujantes e arregimentados por uma prática processual reticulada, assumindo as ruas e as redes sociais on-line como ferramentas e gramáticas de ação. A diversidade e as diferenças se aglutinam em um vórtice territorial solidário, criando territorialidades insurgentes.

Isto é, o alargamento e o aturdimento espaciais e escalares entre localidades e manifestantes passam a ganhar a partir de uma catarse simbólica - o rompante de adesão às ruas - aquiescente em seu estopim - os atos do MPL e o tratamento recebido pela governança e mídia -, encontram um gozo coletivizado em um território assimétrico que se solidariza por meio de territorialidades que partilham suas condições, reivindicações, projetos de vida e aspirações, naturais em qualquer querela desta natureza.

A característica mais evidente das territorialidades insurgentes é sua potência solidária capaz de arraigar múltiplas vozes, demandas, sujeitos, grupos e sentidos em uma heterogeneidade insurgente mobilizada relativamente coesa. Tal coesão não é elaborada como em movimentos clássicos, mas circunstancial ao acontecimento, ao *continuum* dos fatos e efervescência das tratativas políticas e os desdobramentos dos atos.

Nas Jornadas de Junho, assistiu-se a caleidoscópios de agência e potência que designaram um movimento contundente em forma, conteúdo, estrutura, espacialização e temporalidade. O hibridismo da ação *on* e *off-line* complexificaram mais a tessitura dos atos, originando performances sociopolíticas que designam exercícios temporais particulares e, se assim o é, a constituição dos próprios sujeitos, do insurgir, do fazer política, da agência, da potência e da ação humana tornam-se novas, revisitadas e abauladas por esse novo agir híbrido e hibridizante de viver as platitudes espaçotemporais.

Portanto, à guisa das amplas e plurais discussões sobre junho de 2013<sup>3</sup>, refletir sobre sua conjuntura, considerando a categoria tempo. Propõe-se analisar suas temporalidades e a tipificar os tempos do movimento em específico para uma constatação do itinerário dos tempos de mobilizações sociais em rede contemporâneas.

<sup>3</sup>Como destacam os estudos de Chauí (1994; 2013a; 2013b); Gohn (2014), Gonçalves (2014); Ricci e Arley (2014), Souza (2015; 2016); Santos (2017; 2021) e Lima e Hajime (2018).

Partiu-se de um percurso metodológico que considerou como fontes de dados a narrativa de jornais impressos, escolhidos por suas propriedades de cobertura jornalística perecíveis ao decurso das horas, de modo que as narrativas se sobreponem ao curso dos fatos e das tramas que o imbuem. Para a seleção dos veículos, recorreu-se ao Instituto Verificador da Comunicação (IVC) - órgão afiliado à Associação Nacional de Jornais (ANJ) - para destacar os jornais com maior cobertura<sup>4</sup> no período de ocorrência dos atos.

Conforme apuração e critério, os jornais apontados foram Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Os textos foram catalogados a partir de consulta livre aos acervos digitais de cada veículo. A leitura das fontes possibilitou a concatenação dos fatos, seu tratamento narrativo e a reflexão de seus marcadores temporais.

### **Os tempos e espaços das Jornadas de Junho**

As Jornadas de Junho se enquadram na tipificação dos novíssimos movimentos sociais sob a alcunha de mobilizações sociais em rede, isto é, modalidades contemporâneas de práticas insurgentes que têm despontado pelo globo na última década guardando diferenças territoriais, mas semelhanças em forma, estrutura e enquadramento. No Brasil, os eventos se concentraram em 2013. No entanto, outros exemplos podem ser acompanhados desde 2010 com a Primavera Árabe no Oriente Médio e Norte da África, o 15-M espanhol, a Geração à rasca portuguesa, a Revolta dos Pinguins chilena e o *Occupy Wall Street* estadunidense<sup>5</sup>.

No quadro de referências, a historiografia dos movimentos deflagra seu conjunto formulaico: organizados sem lideranças formais, arregimentados por redes digitais e dispositivos de comunicação, posicionados sob influxos *on-line* e *off-line* suplantando a narrativa midiática e governamental tradicionais, ativação espontânea e marcada por episódios de espetáculo catalisadores da mobilização e processamento volátil e aparentemente efêmero.

O movimento brasileiro remonta sua origem após o episódio de violência policial sofrida pelos ativistas do MPL em São Paulo publicizados midiaticamente e constituídos como trama de afetos e narrativa para um acionamento territorial difuso<sup>6</sup>. Por meio de uma solidariedade, a princípio sustentada nas redes digitais, mas detonada em um corpo de atos em pequena escala, paulatinamente grupos mais volumosos sustentaram atos em diferentes partes

<sup>4</sup>O critério de maior cobertura se dá pela pujança do trabalho de apuração do veículo jornalístico que, alcançando um maior número de leitores livres, assinantes e compradores, possui mais equipe e espaço de narrativa na opinião pública.

<sup>5</sup>Para consultar os contextos e linha temporal de cada mobilização, deve-se consultar, respectivamente, Joffe (2011), Fernandez-Planells, Pampols e Figueroa-Maz (213), Costa (2018), Bettencourt (2016) e Calhoun (2013).

<sup>6</sup>Como sustenta a organização em Movimento Passe Livre (2013).

do país cuja progressão de adeptos e municípios eram diretamente proporcional às pautas, que se aglutinaram e ampliaram o escopo inicial da mobilidade urbana.

O ensejo do MPL e a vitrine do gerenciamento da livre ocupação insurgente nas ruas, destacando a legitimidade da pauta impetrada por um fluxo juvenil e o tratamento policial e governamental constituíram a trama de afetos capazes de acionar múltiplas territorialidades solidárias e de ampla identificação com arrochos e cenários próprios de vida, criando ambiências em que o viço da diversidade do território brasileiro e suas múltiplas facetas congregaram um exercício identitário insurgente.

A vocalização inicial do MPL foi consumida no volume dos atos que, sem organização formal e sem síntese de pautas, mas agrupada pelo assalto de demandas, públicos, reivindicações e diferenças, configurou um evento-fenômeno calcado em mobilização adensada em múltiplas demandas em direitos sociais<sup>7</sup> e estetizada por uma bricolagem de imagens, cartazes, gritos e gramáticas<sup>8</sup>.

O que designa os movimentos denominados de Jornadas de Junho correspondem ao condensado de atos de 13 a 30 de junho de 2013. Os acontecimentos anteriores remontam aos esforços próprios da organização do MPL e os movimentos posteriores, mesmo clamando o repertório de junho, consistiram de organizações com agendas específicas e destacados dos atos originais.

<sup>7</sup>Para compreender a estrutura das demandas, do conteúdo e discurso dos atos em junho de 2013, consultar Santos e Pereira (2018).

<sup>8</sup>Para entender junho de 2013 como um acontecimento estético e simbólico, refletir Santos (2022).

A figura 1 explicita a distribuição geográfica dos atos:

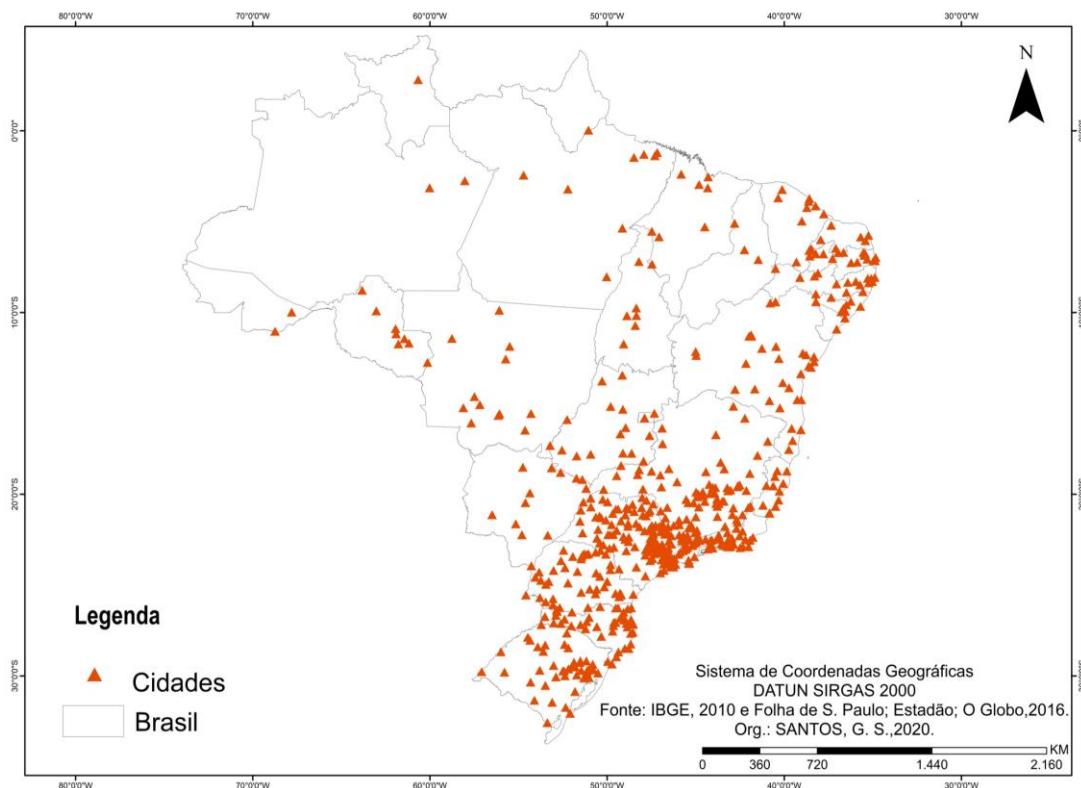


Figura 1 - Localização dos protestos no país.

Espacialmente, os atos cobriram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Estiveram presentes nos atos cerca de 2,7 milhões de participantes, distribuídos em 538 municípios brasileiros entre capitais, regiões metropolitanas, cidades de médio e pequeno porte (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018b). Outras 73 cidades de 25 países registraram atos que partilharam dos intentos das jornadas.

Temporalmente, os atos podem se dividir em dois momentos narrativos: a **eclosão** dos atos e o rompante de interpretação negativa e a **reprodução** dos atos com o esforço de enquadramento político-democrático de participação social.

FASES DO TEMPO NARRATIVO DOS ATOS	VEÍCULO E PALAVRAS-CHAVE		
	FOLHA DE S. PAULO	O ESTADO DE S. PAULO	O GLOBO
<b>Eclosão</b>	transtorno, violência, obstrução de vias e risco ao patrimônio	caos, feridos, ataques, vandalismo, invasão e depredação	depredação, sitiamento, ação policial, correria, violência, depredação
<b>Reprodução</b>	impacto, perfil, agenda, repercussões, juventude, direito à política, novidade das ruas, tamanho, poder, revolução, poéticas, apoio, recado, massas	alerta, movimentação, repercussões, festa e fúria, faces, polissemia, vozes, ativismo, reflexões, soluções coletivas, divergência, injustiça	negociação, diálogo, pacífico, marcha, multidão, tribos, primavera, motivação,

Quadro 1 - Síntese da cobertura midiática dos atos e arcabouço temático.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A fase de eclosão foi marcada por palavras-chave que caracterizavam a materialidade dos atos e sua repercussão de forma negativa, tipificando os atos como expressões de perigo à ordem pública e ao patrimônio público e privado. Os termos encadeiam um campo semântico de guerra civil, sinalizando vocábulos que destituem sua envergadura como direito civil, ancorando afetos de temor social: "transtorno, violência, feridos, ataques, vandalismo, depredação, sitiamento", entre outros. A ordem social e produtiva também é usada no contexto argumentativo com chamamentos à obstrução de vias, destruição de patrimônio e ações policiais, acenando para a interrupção de fluxos urbanos cotidianos.

Já a fase de reprodução acompanha um sobressalto narrativo ao destacar o caráter político e democrático dos atos, aventando-os como expressão de direitos civis e a necessidade democrática para sua constituição. A cobertura midiática, por sua égide e pujança de apuração jornalística, deteve a atenção para a criação de um tempo narrativo-factual por um período. Todavia, essa prerrogativa foi suplantada pela dinâmica das redes digitais usadas pelos próprios participantes nas ruas para criar sua própria linha temporal, disputando o que os noticiários emplacaram entre reportagens e manchetes.

Essa estrutura temporal de narrativas acompanhou a vertigem factual que deu conta de estabelecer as Jornadas de Junho como uma mobilização social atípica. A mudança narrativa denota a volatilidade dos atos desde sua origem até sua conclusão. A envergadura de eclosão viu-se vertiginosamente efêmera a seu fim, gerando questionamentos utilitaristas sobre a validade de expressão dos atos e seus significados.

Essa aparente derrocada dos atos que impele à interpretação de que o movimento é efêmero e volátil, e mais, que denotam essas características como adjetivos negativos e diminutos da repercussão do fenômeno está em reflexão neste texto. Pode o tempo da mobilização social em rede ser lido a partir dos cânones dos movimentos sociais clássicos? Ou menor, podem as Jornadas de Junho de 2013 sinalizar para um tempo próprio das mobilizações sociais em rede? Que temporalidades são estas e o que indicam a partir das curtíssimas durações de suas evocações? Que implicações temporais e historiográficas, junho de 2013 e mobilizações sociais em rede do passado e do futuro acenam?

A princípio, investiga-se a dimensão do tempo na constituição sociopolítica e espacial de uma mobilização social em rede, recuperando o ensejo do tempo histórico e do imaginário do tempo na articulação de memórias de pujança insurgente. E, por fim, aproxima-se das temporalidades de junho de 2013, postulando sua especificidade e esquadrinhando sua constituição como ciclos de tempos dissolvidos de residual metabólico.

### **O tempo na mobilização social em rede**

As territorialidades insurgentes que constituem o encorajamento sócio-histórico e viabilizam a lâmina política de uma mobilização social (SANTOS, 2017) são também territorialidades episódicas. O episódio é explicitado na efervescência inicial, na volatilidade reprodutiva e na efemeridade da duração de um ato dessa natureza. São ciclos que se comprazem no instante, sem a cristalização burocrática do tempo.

O caráter episódico diz de um evento que subtrai da longa duração ou do pretenso legado histórico o sentido de completude. Não é o efeito residual da longa duração ou da perenidade que realiza seu objetivo, mas o *momentum* da mobilização, um *continuum* do instante, uma antologia do breve.

Como Benjamin (1994, p. 232) sinaliza "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'". Na mobilização social em rede, o agora é tributário de um passado plástico a ser redimido, não alinhado imediatamente à noção formalista de futuro, sendo dissolvido no espetáculo do episódio de suas conjecturas presentes, experiências pretéritas e expectativas utópicas.

O tempo é um modulador do espaço, enquanto o território como ajuizamento material é testemunha da história e seu curso de transformação (SANTOS, 2013). As territorialidades insurgentes e episódicas, deste modo, armazenam na mobilização as temporalidades

constitutivas da produção da vida dos sujeitos em insurreição, balizando o conteúdo de suas pautas.

Para que as territorialidades episódicas se processem como elementos constitutivos da dinâmica das mobilizações sociais em rede, as identidades exercem um papel atitudinal. Como discursos da vida e da experiência, as identidades são eloquentes ao se colocar em querela. Afinal, falam a partir de seu eixo humano, de suas vivências, de seus lugares, de seus arrochos e de seus anelos.

Assim, as identidades flutuantes são concomitantes às territorialidades episódicas. A flutuação identitária viabiliza o episódio, já que suplanta o impasse da diferença por um comum que se metabolizará em jogo político e beneplácito sociopolítico. O episódio e a flutuação criam instantes operacionais, táticos e estratégicos para que a carga insurgente se instaure. O fim, não tão conclusivo, é um retorno às articulações identitárias e territoriais originais dos sujeitos na profusão multitudinária.

O ruído vertiginoso que se desfaz silenciosamente dos eventos aqui examinados é um ponto comum de crítica. Como pode a turba supersônica se dispersar como um fim ingrato à sua forma tão efervescente, sem que seu significado não seja questionado? O enfoque no fim absoluto desencaixa o olhar para as potências do virtual<sup>9</sup>, isto é, do que ocorre antes, durante e depois do evento do atual.

O fim da mobilização social em rede é um ocaso. Do crepúsculo de seu silêncio, formulam-se as bases para que outras auroras sejam possíveis. Já está clara a faculdade transformadora e pedagógica dos movimentos populares (BRANDÃO, 2004; GOHN, 2010; 2018), o que priva a reflexão de uma leitura dos tempos da mobilização é o afã utilitarista que as encaixa e as inscreve em uma leitura produtivista, como indústria, sendo ela pulsão livre e humana.

A insurreição é sempre um pleito de espacialidades e temporalidades. As temporalidades da ação implicam em dinâmicas anamnésicas que navegam pelo presente articulando experiências e expectativas (BRANDÃO, 1998; SANTOS; CUNHA; PEREIRA, 2018). Assim, marchar e protestar se tornam ações redentoras de um passado de não realizações.

Afinal:

<sup>9</sup>O termo "virtual" aqui designa uma potência do que está para se tornar concreto, "atual". Não se trata de uma oposição ao real, visto que o que é virtual é parte da realidade, porém, em uma medida de desencadeamento, em virtude, em laboratório, como destaca Lévy (2011) em *O que é o virtual?* e Merleau-Ponty (2019) em *O visível e o invisível*.

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 1994, p. 232).

A dimensão anamnésica (quando a memória se instrumentaliza na luta) articula simultaneamente passado - logo, experiências - e futuro - portanto, expectativas - para se efetivar como lembrança no presente<sup>10</sup>. É um apelo que não se rejeita impunemente, como sentencia Benjamin (1994), porque é experimental, afetivo, social, histórico, territorial e, logo, incondicional e irremediavelmente humano.

No balanço lacunar entre experiências e expectativas, o produto de frustração, percalço e indignação se tornam molas propulsoras para um tipo particular de insurgência. Esse tipo particular metaboliza a memória como componente para uma reparação das experiências frustradas do passado de modo a construir perspectivas melhoradas de futuro em âmbito geracional (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998).

Essa dinâmica é conhecida por reparação anamnésica (NEVES, 2005), onde a rememoração de eventos constitui elemento e pulsão para a ação politizada, engajada e identitária. A reparação anamnésica como movimento agregador de experiências e expectativas possui uma dimensão revolucionária.

Se os conclames e a natureza das demandas postas em mobilização pelas manifestações estão embebidos de memória, uma camada histórica e relacional substancial está presente na insurgência, tornando o discurso sociopolítico mais engajado, discursivo e um pulso por desenvolvimento. Esse pulso é querela sobre os discursos e projetos vigentes, como poder emanado por renovação e reposicionamento de tais ações desenvolvimentistas.

Este constructo da temporalidade da mobilização requer examinar o curso dos fatores. Um evento é um acontecimento que implica em atividades pregressas e ações que visam um progresso exitoso. Na insurreição, reivindicações são pontos de diálogo e negociação que revelam fases. Mesmo no instante do episódio, há certames.

<sup>10</sup>Conferir Santos, Cunha e Pereira (2018).

## As temporalidades de Junho de 2013: dissolução e metabolização

As Jornadas de Junho de 2013 embora tenham se estabelecido em quase duas semanas de articulações e repercussões pontuais, representou um regime particular de temporalidade, cujo volume abrupto de sua reprodução foi inversamente proporcional ao seu declínio. Se o ruído das ruas e das redes caracterizou seu despontar e prognóstico, seu silêncio metabólico anunciou a substância própria do caso e da tipologia de insurgência mobilizada de que participa.

As figuras 2 e 3 evidenciam a volumetria dos atos e sua ocorrência:

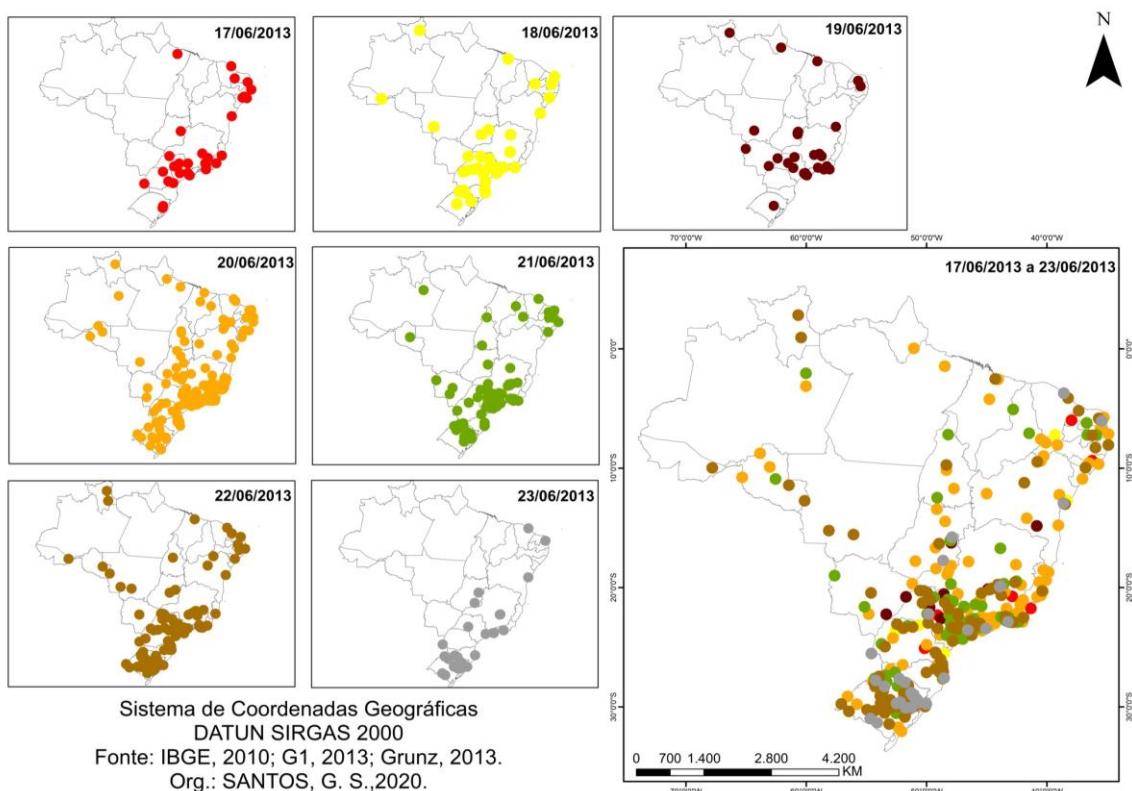


Figura 2 - Concentração dos atos de 17 a 23 de junho de 2013.

A primeira semana de atos concentra os atos em todas as unidades federativas. O primeiro dia conta, além de São Paulo como epicentro, atos em Belém, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e em Brasília. A seguir, atos foram registrados em capitais, cidades de pequeno e médio porte em todos os estados, sendo Tocantins o último estado a registrar atos, em 21 de junho (SANTOS; CUNHA, 2018a).

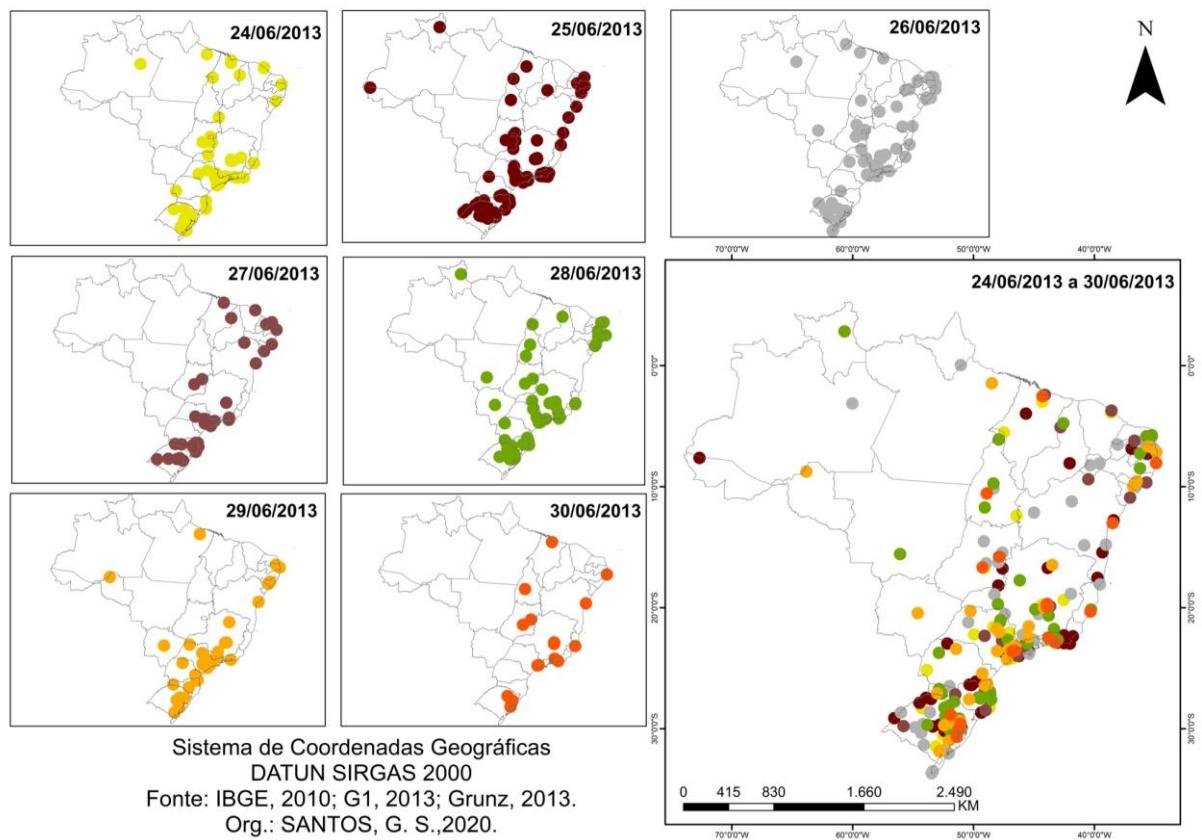


Figura 3 - Concentração dos atos de 24 a 30 de junho de 2013.

Entre os estados que contaram com atos em todos os dias de manifestações estão São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mato Grosso, Pará e Sergipe apresentaram atos somente em suas capitais, diferentemente de outros estados. Observa-se que os nós do movimento despontam, naturalmente, a partir de São Paulo onde o episódio central se deu, mas no Nordeste, tramas foram articuladas a partir de enxameamentos da Bahia, Alagoas e Ceará. O Distrito Federal dá o arqueamento para a região Centro-Oeste e Norte (SANTOS; CUNHA, 2018b).

De posse das propriedades geográficas de junho de 2013, é possível passar à reflexão sobre sua condição temporal interna. Isto é, o trânsito de acontecimentos não é só factual à guisa de uma documentação dos protestos, mas aciona uma curiosidade empírica, a partir de seu núcleo de processamento, onde o tempo é objeto de interesse aqui.

A partir da pesquisa do caso, é possível decupar uma mobilização social em rede, considerando seu desenvolvimento, em um quadrante de progressão:

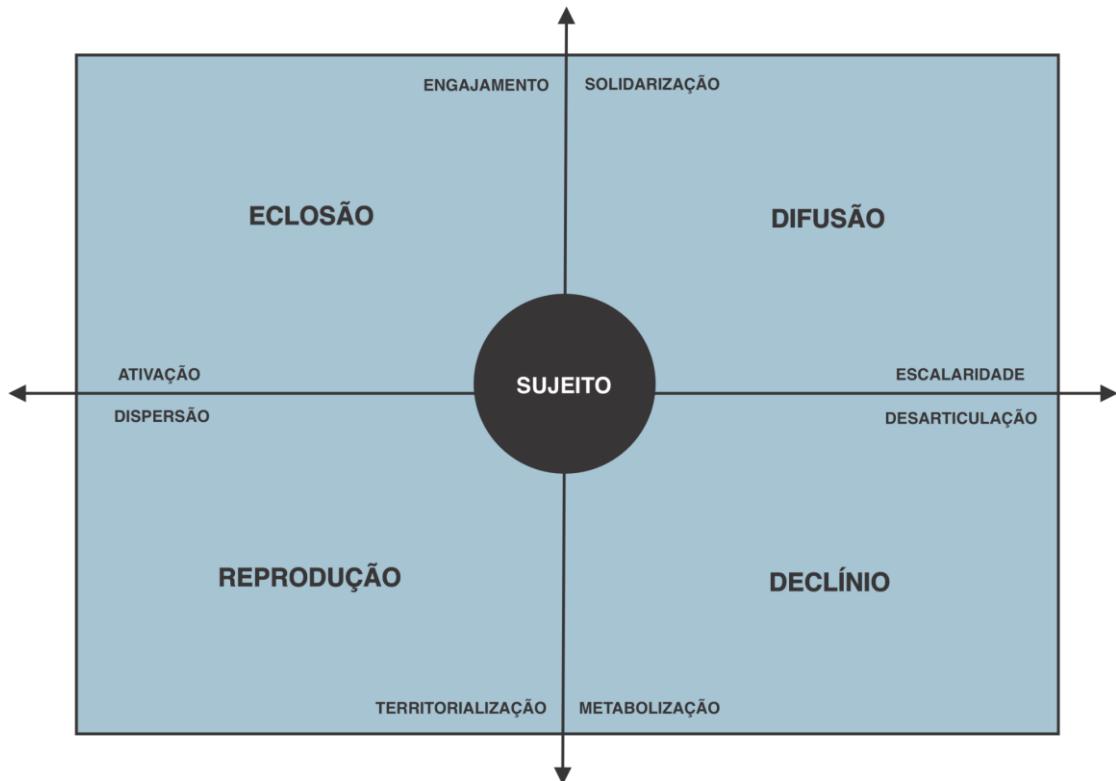


Figura 4 - Quadrante de progressão de uma mobilização social em rede

Fonte: Autoria própria (2021).

O sujeito é o núcleo da mobilização, conforme a figura 4. É a partir dele que a formulação da ação se desencadeia, passando de sujeito individual para sujeito coletivo. Então, a mobilização social decorre de um quadrante de etapas, nas quais o sujeito navega em diferentes tempos e direções para a consecução do pleito da ação, inserindo-o em diferentes polos de atividade, equipando-o, informando-o e transformando-o à guisa dos efeitos sociopolíticos do ato.

A mobilização é quadrática porque se opera a partir de um eixo comum - o sujeito e sua universalidade no tempo, no espaço e na circunstância insurgente -, articulando-o em dobradiças, feitas planos de exercício e coesão. Estas etapas são alineares, na medida em que não concebem durações formais. Na passagem de um estágio a outro, não se conclui, mas se abrem novas janelas de ação espirais para o desenho da manifestação.

O primeiro plano é o da **eclosão**. A gênese de uma mobilização social em rede nunca se basta no evento visível, que chama atenção à sua patente. Todavia, a eclosão diz da *ativação* dos indivíduos em sujeitos ante ao cerne de circunstâncias que clamam à ação e que se tornam insurreição. Antes da ação ruidosa e multitudinária, eventos endógenos e submersos criam a ambiência para a ativação, que por sua vez, é fundamental para que haja *engajamento*.

O acionamento dos sujeitos deriva das suturas sociais e políticas que perturbam sua experiência e projetos de vida. O sujeito se reconhece nos sentidos de luta que alinham em meio às suturas. Porém, este acionamento não é isolado, é social, é comungado por outros iguais e diferentes, que compartilham experiências ou que se imbuem dos mesmos repertórios de luta.

A eclosão é, portanto, composta pelo acionamento e o engajamento dos sujeitos. É a fase de origem e de coleta dos sentidos que começam a se organizar, na medida em que ganham corporeidade e adesão de outros, formando o sujeito coletivo. A coletividade na insurgência decorre de uma partilha contextual, socioespacial, identitária e, portanto, solidária.

A *solidarização* é um efeito da partilha de sentidos entre sujeitos e contextos imersos na frente de insurgência. É esta liga solidária e engajada que permeia a fase seguinte: a **difusão**. Difunde-se, a partir de um volume contingencial de sentidos e processamento de informações, dos quais compete ao ato de mobilizar-se dar cabo.

A difusão é demonstrativa. Arranca da eclosão o germe originário e o eleva à potência pública. É da difusão a plástica efervescente de uma manifestação que perturba a ordem vigente, interrompe fluxos, ocupa espaços e se põe em movimento tático e estético. Esta fase é essencial para que as demandas e o significado mobilizado se tornem cognoscíveis às parcelas não mobilizadas e naturalmente aos destinatários da oposição que se faz na marcha.

Quando um ato se difunde, acontece a pedagogia da insurreição. Enquanto a multidão assume sua forma plástica, persuasiva e eloquente, dirige a compreensão diluída na razão e na ordem vigente - hegemônica - para a vitrine de demandas radicadas no cotidiano. O espetáculo lascivo da multidão atrai por choque ou admiração, mas organiza-se do que conota a marcha para o que denota a realidade.

Da fase da difusão, surgem as *escalas* de ação. Nas redes, as escalas assumem uma lógica não restrita à localização, à regionalização como prisão conceitual ou classificatória. A escala aqui é melhor compreendida como multiescala (SANTOS; CUNHA, 2018b). Na imagem da difusão, o ensejo dos sujeitos na escala primária partilha seus sentidos com outras escalas, criando um tecido transversal e transterritorial de ação.

Aqui está produzida a mobilização social: sua origem, seus sentidos, seus participantes, seus espaços. As pautas e demandas começam a ficar mais prementes e audíveis na fase de **reprodução**. Toda sorte de reações, interpretações e narrativas são produzidas sobre os sujeitos em ação. Este processo é marcado por duas situações opositoras: o fortalecimento da visibilidade do ato e sua própria dispersão.

A primeira situação é marcada pelo entrelaçamento entre as territorialidades episódicas e as identidades flutuantes<sup>11</sup>, na *territorialização* da mobilização. A reprodução cria ondas simbólicas e práticas de articulação na medida em que narrativas midiáticas, governamentais e populares começam a disputar os sentidos postos em cena. Um debate é criado e posições são tomadas.

Esta situação desvela as territorialidades humanas presentes na turba. Consequentemente, surge a necessidade de responder à mobilização. Respondem a governança, a imprensa, adversários, o poder coercitivo. É o processo mais oficioso da mobilização, em que sua estética "desordeira" reforça sua face democrática e política, negociando e demandando.

A reprodução marca a extensão dos significados construídos na/da mobilização, incluindo aqueles que a originam, que fazem o sujeito ser acionado, que geram solidariedade e aqueles dos quais são disputados e apropriados por outros grupos e pelos atores depositários da oposição que configura a querela. Esse processo é importante porque todo significado é residual, e são os resíduos da mobilização que criam seu lastro.

A despeito do fortalecimento dos sentidos e da envergadura dos atos na fase de reprodução, há um movimento paralelo e contrário que prenuncia seu declínio: a *dispersão*. Na medida em que os significados da mobilização se intensificam, se tornam visíveis, cognoscíveis e geram respostas, cria-se uma situação de pulverização simbólica.

Os significados pertencem não mais exclusivamente aos participantes das manifestações, mas agora são parte de conversações alongadas e longínquas do ideário inicial. O significado desloca-se da mobilização para uma imagem da mobilização, alterando também seu significante<sup>12</sup>. É nesse trajeto que grupos cooptam, retraem e ramificam a mobilização.

A dispersão é consequência da desarticulação do significado e parte da semiologia do arrefecimento da mobilização. Tal arrefecimento, apesar de parecer patológico ou danoso ao próprio esforço, é salutar. É quando Cronos devora seus filhos com Réia, por medo de que a prole lhe destronasse, assim como ele havia feito com seu pai, Urano<sup>13</sup>.

Tem-se aqui a metáfora de que a mobilização devora e metaboliza os próprios significados e sentidos de que trouxe à vida, antes de que padeça vítima do mesmo golpe que aplicou. Isto é, para que a luta não se torne esteira para causas que escapam ao seu escopo,

<sup>11</sup>Santos e Pereira (2021) aprofundam a discussão evocada no conceito de identidades flutuantes.

<sup>12</sup>Conceitos alocados a partir da dimensão de Saussure (1996) na produção de sentidos da linguagem humana.

<sup>13</sup>Conforme a mitologia grega e ilustrado na pintura de Francisco Goya em *Saturno devorando um filho* (1819-1823). Para o aprofundamento, consultar Oliveira (2009).

assimila o próprio sentido vital, terminando abruptamente o que iniciou (a continuar digerido por seu acelerado metabolismo).

O significado original concelebrado na mobilização quando deixa de ressonar sentidos comuns, evanesce e dispersa. Dispersa por forças externas como grupos de cooptação, forças de coerção, negociações entre manifestantes e agentes responsivos, ou mesmo pela perda do elo significante. O significado então desloca-se para outros referentes e significantes, dando curso ao findar peculiar da mobilização.

Estes eventos iniciam o **declínio** da atividade. O fim da mobilização é marcado por duas etapas, uma patente - a desarticulação - e outra latente - a metabolização. A *desarticulação* se dá quando as forças de significado cumpriram seus efeitos ou são dispersas pelas respostas primárias às demandas. Práticas, estéticas, gramáticas e performances deixam de ser visíveis nas ruas e nas redes digitais, sobrevivendo apenas na narrativa jornalística de cobertura dos fatos.

A desarticulação implica não somente na retirada de forças e na oclusão da insurgência, mas viabiliza esforços interpretativos sobre a extensão dos acontecimentos. A cobertura midiática se apoiará na cobertura factual e análise conjectural; a governança tornará demandas em dívidas sociais próprias; a classe política se encarregará de estratégias de manutenção do poder; teóricos e pesquisadores se encarregarão das análises; a opinião pública tecerá o imaginário.

Os esforços interpretativos que marcam o findar do evento de mobilização são produtivos para a segunda etapa da fase de declínio, ao mesmo tempo em que constituem uma característica particular das mobilizações sociais em rede: a *metabolização*. Interpretações geram discussões, imagens, discursos, sínteses e reflexões, ampliando os sentidos temporalizados em sentidos renovados.

A metabolização é a autofagia da própria mobilização em seus sentidos, já materializados nas ruas e nas redes. Tal qual o metabolismo biológico, substâncias são assimiladas e dessamilidadas na fisiologia da mobilização social, transformando sua natureza em outras fontes vitais, a perdurarem na manutenção sobrevida de outros significados reagregados em outras visões, posições e sujeitos.

A tipologia das mobilizações sociais em rede supõe novos formatos de processamento de seu conteúdo e detonamento de sua mensagem insurgente, se apartamento da forma institucionalizante ou tradicional de encerramentos ou de formalizações, mas ao contrário travando novas pulsões espacotemporais. Isto é, o declínio torna-se signo de um fim que é

metabólico, e portanto, transfigura-se em outras potências para além da leitura utilitarista de movimentos sociais ou da agência popular.

A visibilidade desse tipo de movimento que é observada de sobressalto quando de sua gênese é encarada com desconfiança por seu término aparentemente silencioso. Tal brevidade de caráter sismológico - como um terremoto que abala e cessa - segue impactando, ainda que de modo quase inaudível. Esse declínio metabólico parece contraproducente, na medida em que a reprodução dos atos insurgentes se dá de modo ruidoso e intempestivo, vendo sua conclusão absorta em um silêncio aparentemente inoportuno.

O lastro da ação reticulada desse tipo de movimento provoca contraturas sociopolíticas que, por sua vez, remontam protuberâncias do imaginário que são substrato para iniciativas que partilham das mesmas aspirações de outrora, desdobrando-se em novos projetos, coletivos, agentes, sujeitos e legados. De novo e outra vez, ali e aqui, em tempos dissolvidos.

O quadrante de progressão de uma mobilização em rede (figura 4) demonstra as etapas e fases que a desencadeiam, e nessa linha, acena para as temporalidades que a constituem. Eclosão, difusão, reprodução e declínio apresentam um ciclo temporal entre o tempo atual e o virtual, originando uma temporalidade própria, como destaca a figura 5.

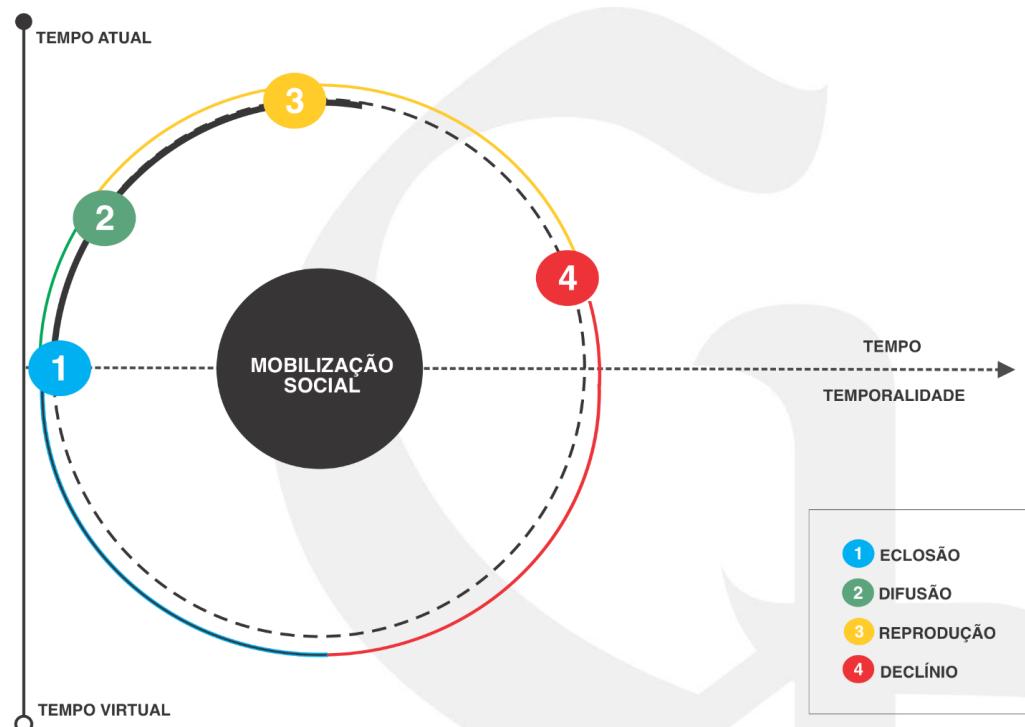


Figura 5 - Ciclo temporal da mobilização social em rede  
Fonte: Autoria própria (2021).

O tempo da mobilização social é o tempo do Ser, o tempo da História; afinal o sentido do ser - caro ao sujeito nuclear da mobilização - é o tempo, como afirmou Heidegger (1998). Entre a atualidade e a virtualidade, o iniciar e o findar da mobilização adquire uma temporalidade cíclica, enquanto corpo mobilizado, e elipsóide, quando termina e origina significados póstumos que se assentam em novos significantes.

O tempo atual designa o tempo do acontecimento; visível, sensível, inscrito na coisa pública, midiatizado e material. É onde a mobilização eclode e declina sob o olhar que se consuma pelo histórico. O atual é o tempo da duração, do evento, das contingências do agora que se presentifica como retorno ao ontem e cortejo (ou temor) do amanhã.

O tempo virtual é o tempo da potência, da possibilidade. Nele está o porvir, a elucubração, a atualização, a entrelinha da duração, já que o que dura começa e termina. O virtual é o aporte do atual, trazendo à tona o que é pretérito no presente, contribuindo para que o que pode ser tenha a capacidade de sê-lo. Trata-se da possibilidade do acontecimento e seu após.

Conforme a figura 2, a eclosão (1) se aloca na linha do tempo, afinal é a gênese da potência do acontecimento e é o que marca o curso das coisas. Logo, a eclosão dá início à mobilização no tempo atual, desencadeando a difusão (2), a reprodução (3) e a parte visível do declínio (4).

O declínio, por sua vez, marca o fim da atualidade da mobilização como acontecimento, mas - como já definido aqui que seu fim é um fim de começos - inaugura seu tempo virtual. Logo, o declínio metaboliza os significados do tempo atual até que uma nova eclosão, ainda virtual, se conceba e desponte novamente como outra manifestação.

Desse modo, a mobilização social em rede é feita de **tempos dissolvidos**. Instaura-se em um ciclo temporal entre o atual e o virtual, produzindo a partir da temporalidade de suas etapas uma elipse do acontecimento, já que não finda, mas se transmuta em outros sentidos, desvinculados formalmente da memória histórica, cedendo lugar a um *continuum* descontinuado e ininterrupto que se dissolve.

Portanto:

A experiência do tempo na contemporaneidade coloca, portanto, em destaque o ininterrupto. Não havendo atividade com duração precisa, tudo passa a durar, durando eternamente. Dilui-se a fronteira entre o presente e o futuro. Paralelamente, a relação entre passado e presente altera-se de maneira evidente. O sentido de tempo hoje é marcado por um presente onipotente fazendo do presentismo valor inquestionável. Esse presentismo nos meios de comunicação é marcado pelo fluxo contínuo da informação, instaurando um tempo novo governado pela lógica do ininterrupto. É o tempo do fluxo que emerge das narrativas, notadamente no ambiente on-line, não permitindo a pausa necessária para a reflexão. Diante do fluxo de informações que frequenta as telas do nosso cotidiano digital em narrativas fluidas e voláteis, parece

haver uma conexão entre esses formatos e a maneira como se experimenta o tempo. Na profusão de imagens e informações presentes nas telas digitais, o tempo midiático é marcado pela aceleração (BARBOSA, 2017, p. 21).

Os tempos dissolvidos das/nas mobilizações sociais em rede fazem delas jornadas do instante e do episódio. Na duração do episódio está contingenciado o cabedal do passado, o presente que aturde e o futuro em xeque. Erige-se uma temporalidade feita de imagens e simulacros, produzindo reflexos do ser e do agir políticos.

Essa dissolução oblitera a noção utilitária do tempo da ação sociopolítica, mas sequestra a duração, exigindo dela instantes cada vez mais perenes e significativos. Não é uma ode ao que perdura ou ao eterno, é uma busca sistemática pelo episódio da brevidade, um breve eficaz em manipular - ou fazer crer ser possível manipular - a história.

### **Considerações finais**

O tempo na mobilização social em rede é marcado pelo episódio. No episódio está o lastro da duração e do acontecimento, isto é, na efervescência dos desdobramentos do agir político, das práticas de seus sujeitos e na reação externa a eles é que se arrola sua pujança. As territorialidades episódicas logram do factual fragmentado a prevalência constituir novas práticas, performances, estéticas e gramáticas de se mobilizar.

No exemplar das Jornadas de Junho, observou-se que a tarefa difícil de se interpretá-lo decorre justamente da inadequação das lentes de análise canônicas e utilitárias da participação social ou de movimentos e manifestações populares, uma vez que estas dificilmente admitem as fraturas de organização, agenciamento e conclusão como palatáveis ao seu esforço epistemológico.

Cumpre ajuizar porém que está a vista um desfile de novos exercícios, ou melhor, novas performances e coreografias de ação política e manifestação social. Nela, as redes desempenham um papel constitutivo, salientando características híbridas e pouco evidentes de atuação, cujo lastro do tempo é fugidio, fazendo com o que o que era sólido e desmancha no ar, novamente se solidifica em um processo continuado de ressublimação.

A dissolução temporal e o caráter episódico das mobilizações sociais em rede como junho de 2013 demonstram novas apropriações e manufaturas do sujeito e do tempo. Cumpre, para não concluir, continuar em campanha analítica e interpretativa para se perceber o que há para além do episódio e o que se solidifica quando se dissolve algo, sendo este algo a temporalidade do agir sociopolítico.

## Referências Bibliográficas

- BARBOSA, M. C. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. In: MUSSE, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (Org.). **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BETENCOURT, R. A revolta estudantil e a luta pela democratização do sistema educacional chileno. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 175-192, 2016.
- BRANDÃO, C. R. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. In: PESSOA, J. M. (Org). **Saberes de nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: UCG, 2004. p. 43-120.
- BRANDÃO, C. R. **Memória Sertão**. Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora UNIUBE, 1998.
- CALHOUN, C. Occupy wall street in perspective. **British Journal of Sociology**, v. 64, n. 1, p. 26-38, 2013.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a.
- CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES BRASIL (Org.). **Classes? Que Classes?**. São Paulo: Editora FPA, 2013b. p.87-103.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FERNANDEZ-PLANELLS, A.; PAMPOLS, C. F.; FIGUEROAS-MAZ, M. 15-M In Spain: Differences and Similarities in Communication Practices with Previous Social Movements. **Ultima decada**, Santiago , v. 21, n. 39, p. 115-138, dez. 2013.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 2013.
- GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2018.
- GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Editora do Organizador, 2014.

HEIDEGGER, M. **Ser y tiempo**. 2. ed. Tradução Jorge Eduardo Rivera. Santiago: Editorial Universitaria, 1998.

JOFFE, G. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011.

LIMA, P. L.; HAJIME, M. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das "Jornadas de junho" de 2013. **Leviathan**, São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NEVES, F. R. Nova Hermenêutica Histórico-Crítica: revolução anamnésica e solidariedade histórica em Walter Benjamin. **Contexto**, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 103-110, jan./jul. 2005.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado, 2013.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2013.

OLIVEIRA, L. A genealogia mítica de Urano, Cronos e Zeus em Plotino. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, Campinas, n. 25, p. 109-113, jun. 2009.

RICCI R., ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento; 2014.

SANTOS, G. S. **Espaços de insurgência e cidadinidade**: novas práticas, estéticas, performances e gramáticas de mobilizações sociais em rede, a partir das Jornadas de Junho. 303f, Montes Claros, 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SANTOS, G. S. O gigante que acorda e vai às ruas: a produção simbólica, estética e insurgente das Jornadas de Junho. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 16, n. 3, p. 216-236, 21 set. 2022.

SANTOS, G. S. Reflexões sobre mobilizações sociais em rede contemporâneas: novos exercícios de agência e cidadania. **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 202-226, out./dez. 2020.

SANTOS, G. S. **#Vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 178f, Montes Claros, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Despertado: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Elisée*, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 70-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C.; PEREIRA, A. M. Na rua e na memória: Junho de 2013 e as dinâmicas anamnésicas. *Perspectiva Geográfica*, Marechal Rondon, v. 13, n. 19, p. 117-124, jul./dez. 2018.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Mobilizações sociais em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #EleNão. *Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 44, p. 379-388, 2021.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Territorialidades de insurgência, tessituras de desenvolvimento(s): participação social e coalizão nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Geofronter*, Campo Grande, v. 4, n. 4, 2018.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini *et al.* 25a edição. São Paulo: Cultrix, 1996.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Ciudad de México: Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, 2008.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.